

A domesticação da Educação Ambiental

The domestication of Environmental Education

La domesticación de la Educación Ambiental

Philippe Pomier Layrargues¹

Resumo

Este ensaio analisa a influência do funcionalismo sociológico e da ideologia neoliberal no discurso da sustentabilidade *eco-friendly*, que converge no poder do estabelecimento da norma moral da responsabilização individual como gesto pessoal do cuidado com o meio ambiente. A análise sustenta a ideia que o senso comum da Educação Ambiental – a ampla disseminação da Consciência Ambiental –, vincula o processo educativo, exclusivamente, ao Indivíduo removido da Sociedade. Este apagamento da dimensão societária escamoteia o conflito social, oculta a realidade da luta de classes e omite a dimensão estrutural da crise ambiental. Argumenta-se que a Educação Ambiental pode estar formando Sujeitos Ecológicos *virtuosos* e *altruístas*, imbuídos de fazer a bel-prazer a sua parte em nome do interesse comum; mas ao mesmo tempo, *dóceis* e *úteis*, como resultado do Currículo Oculto da Conscientização Ambiental *Eco-Friendly* que flui pela Indústria Cultural. O sujeito *eco-friendly* é conformado por uma Pedagogia de Deveres, que reproduz a *obediência servil* à norma social do bom comportamento como mecanismo de dominação cultural, impedindo o desvelamento da desigualdade socioambiental, anulando a consciência crítica e de classe, e subtraindo o poder de um Sujeito-Coletivo Ecológico que luta na esfera pública societária por direitos socioambientais violados. A domesticação da Educação Ambiental é sua submissão à violência simbólica da classe dirigente sobre as classes populares, que forja docilidade onde deveria haver rebeldia contra a injustiça socioambiental.

Palavras-chave Conscientização Ambiental. Responsabilização Individual. Neoliberalismo. Obediência. Reprodução Social.

Abstract

This essay analyzes the influence of sociological functionalism and neoliberal ideology on the discourse of *eco-friendly* sustainability, which converges on the power of establishing the moral norm of individual responsibility as a personal gesture of care for the environment. The analysis supports the idea that the common sense of Environmental Education – the widespread dissemination of Environmental Awareness – links the educational process exclusively to the Individual removed from Society. This erasure of the societal dimension conceals social conflict, hides the reality of class struggle, and omits the structural dimension of the environmental crisis. It is argued that Environmental Education may be forming *virtuous* and *altruistic* Ecological Subjects, imbued with doing their part in the common interest at will; but at the same time, *docile* and *useful*, as a result of the Hidden Curriculum of *Eco-Friendly* Environmental Awareness that flows through the Cultural Industry. The *eco-friendly* subject is shaped by a Pedagogy of Duties, which reproduces servile obedience to the social norm of good behavior as a mechanism of cultural domination, preventing the unveiling of socio-environmental inequality, nullifying critical and class consciousness, and subtracting the power of an Ecopolitical Collective Subject that fights in the public societal sphere for violated socio-environmental rights. The domestication of Environmental Education is its submission to the symbolic violence of the ruling class against the working classes, which forges docility where there should be rebellion against socio-environmental injustice.

Keywords Environmental awareness. Individual Responsibility. Neoliberalism. Obedience. Social Reproduction.

Resumen

Este ensayo analiza la influencia del funcionalismo sociológico y la ideología neoliberal en el discurso de la sostenibilidad *eco-friendly*, que converge en el poder de establecer la norma moral de la responsabilidad individual como gesto personal de cuidado del medio ambiente. El análisis sustenta la idea de que el sentido común de la Educación Ambiental – la difusión generalizada de la Conciencia Ambiental – vincula el proceso educativo,

¹ Professor da Universidade de Brasília, philippe.layrargues@gmail.com.

exclusivamente, al Individuo, aislado de la Sociedad. Esta supresión de la dimensión social oculta el conflicto social, oculta la realidad de la lucha de clases y omite la dimensión estructural de la crisis ambiental. Se argumenta que la Educación Ambiental puede estar formando Sujetos Ecológicos *virtuosos* y *altruistas*, imbuidos de hacer su parte en el interés común a voluntad; pero al mismo tiempo, *dóciles* y *útiles*, como resultado del Currículo Oculto de Conciencia Ambiental *eco-friendly* que fluye a través de la Industria Cultural. El sujeto *eco-friendly* está moldeado por una Pedagogía de Deberes, que reproduce la obediencia servil a la norma social del buen comportamiento como mecanismo de dominación cultural, impidiendo que se revele la desigualdad socioambiental, anulando la conciencia crítica y de clase, y restando el poder de un Sujeto Colectivo Eopolítico que lucha en la esfera social pública por los derechos socioambientales violados. La domesticación de la Educación Ambiental es su sumisión a la violencia simbólica de la clase dominante contra las clases populares, lo que forja docilidad donde debería haber rebelión contra la injusticia socioambiental.

Palabras clave Conciencia ambiental. Responsabilidad individual. Neoliberalismo. Obediencia. Reproducción Social.

1. A Sustentabilidade *Eco-Friendly* e a Conscientização Ambiental *virtuosa* e *altruísta*

O horizonte da Educação Ambiental está na capacidade de incidir no paradigma antropocêntrico, de forma que o mundo Moderno desenvolva outra relação com a Natureza, restabelecendo algo da visão orgânica de conexão sensível com a Vida e alinhada com a perspectiva filosófica das tradições ancestrais dos povos tradicionais, que nutriram uma relação de parentesco, e não de propriedade com o mundo natural.

No contexto da Modernidade, projeto civilizatório eurocêntrico que caminhou no sentido de um progressivo afastamento Humano-Natureza a partir do desenvolvimento da Razão Instrumental desde o Iluminismo no Ocidente, a dessacralização da natureza e sua conversão em recurso natural não levou, apenas, ao aumento do bem-estar e qualidade de vida humana proporcionada pelo desenvolvimento científico-tecnológico, foi, também, a senha para que este *progresso* fosse direcionado por uma economia de rapina, que viria a desenvolver um saque predatório generalizado com o capitalismo moderno na Sociedade de Consumo, capaz de solapar as bases de sustentação da vida planetária.

No sentido em que a civilização Moderna, desde seu mito de origem bíblica com o Gênesis, que retirou o ser humano da harmonia divina do Paraíso e o pôs a trabalhar para sobreviver, pela perspectiva da teoria sociológica funcionalista², caberia à Educação Ambiental refundar uma cultura que buscasse reconectar a essência sensível e saudável do Humano com a Natureza, para corrigir essa agressiva disfuncionalidade do corpo social *durkheimiano* e o projeto societário antropocêntrico, caracterizado por Stengers (2015) pela falta de *cuidado* que teve com a Natureza.

À Educação Ambiental caberia aportar os novos sentidos orientadores do espírito ocidental, balizados pela interdisciplinaridade, e o pensamento ecológico ancorado na visão de *Gaia* da Terra como um *superorganismo vivo* (Lovelock, 1989), alinhados à *Ética da Terra* (Berry, 1991), à *escuta poética da natureza* (Prigogine; Stengers, 1984), ao *senso de maravilha* (Carson, 1998), ao *encantamento ecoespiritual* (Unger, 1991), à *Ecologia do Espírito* (Bateson, 1977), à *Biofilia* (Wilson, 1986), e a *Ecologia Profunda* (Naess, 1973), entre outras leituras que se desenvolveram na direção da reconexão do humano moderno com a natureza, que pudesse despertar o domínio afetivo com o mundo natural capaz de devolver a compreensão da

² Parte da compreensão de que a Sociedade seria um todo orgânico interligado como um sistema social complexo, onde suas partes constituintes colaboram harmoniosamente para o bem-estar geral; contribuindo, assim, com a manutenção da ordem e estabilidade social. Por enfatizar a harmonia e o consenso, a visão de mundo funcionalista não contempla o conflito social como um aspecto intrínseco das sociedades de classe, ao contrário da visão marxista. O conflito na teoria funcionalista seria, somente, uma disfuncionalidade no sistema social que precisaria ser corrigida. A visão funcionalista fornece a lógica que ampara a estabilidade da ordem social, reduz a Sociedade focando em sua particularidade individualizada, e desconsidera o conflito social da luta de classes, contribuindo com o interesse da reprodução da sociedade.

interdependência da Vida, da qual os humanos fisiologicamente também fazem parte. Está aí grande parte do sentido que a cultura japonesa intitula de *Shinrin Youku* (Banho de Floresta), e da experiência humana infantil que Louv (2016) caracteriza como *déficit de natureza*. E com isso, nutrir uma nova consciência a habitar a sociabilidade moderna, capaz de despertar aquilo que nos ligaria, afetuosa e saudavelmente, a toda comunidade dos seres vivos.

Contudo, no mundo concreto do tempo e território urbano-tecnológico que está realmente distante da Natureza, a ponto dessa desejável conexão humano-natureza ser uma impossibilidade (ou um privilégio para poucos), e no âmbito da influência da Indústria Cultural na sociabilidade capitalista (Adorno, 2020), se desenvolveu uma forma particular de se buscar esse vínculo biofílico que inspira cuidado com o mundo natural, que se encaminhava ao *culto à vida silvestre*, mas acabou sendo convertido no *evangelho da ecoeficiência* (Martinez-Alier, 2007); que se aproximava da perspectiva Conservacionista da Educação Ambiental, mas acabou aderindo à Pragmática (Layrargues; Lima, 2014).

Talvez, um dos sentidos que mais represente o espírito contemporâneo da Conscientização Ambiental, que também se enquadra na perspectiva da teoria funcionalista, seja o desenvolvimento da moral da responsabilização individual *virtuosa* e *altruísta*, um ato de civilidade expresso pelo argumento de que basta cada um de nós fazer ordenadamente a sua parte para ajudar a cuidar do meio ambiente, porque o comportamento ecologicamente orientado de cada pessoa faria a diferença para alcançar a sonhada sustentabilidade. É todo mundo trabalhando em harmonia pelo bem da comunidade humana, visando corrigir a disfuncionalidade no sistema social, com a introdução de uma nova norma orientadora do comportamento humano saudável. A salvação do planeta estaria na nossa capacidade de passar a fazer as escolhas certas no nosso cotidiano, assumindo novos comportamentos *amigos do verde*. Adotar um *estilo de vida sustentável* representaria assumir a responsabilidade do compromisso pessoal com o cuidado ambiental. A Fábula do Beija-Flor é a representação cabal da perspectiva funcionalista de Sociedade como um corpo social indistinto, presente na base da conscientização ambiental, orientando cada um de nós – minúsculos –, por um imperativo ético de altruísmo, a sentirmos o poder de exercer a virtude de fazer a sua parte.

Quando se pergunta o que cada um de nós pode fazer para ajudar a proteger o planeta contra essa crise ambiental, apresenta-se uma listagem repleta de possibilidades de simples e pequenas mudanças na rotina diária da vida privada para sermos mais sustentáveis: podemos economizar água, poupar energia, instalar painéis solares, fazer a coleta seletiva, comprar alimentos orgânicos, comprar eletrodomésticos com selo de eficiência energética, comprar um veículo elétrico, aderir à moda sustentável, utilizar sacolas de pano nas compras no supermercado, e demais ações que se enquadram como pertencentes ao universo da Sustentabilidade *Eco-Friendly*, que advoga a ideia de que o futuro do planeta está nas nossas mãos, e que é muito fácil ser *amigo do verde*. Só dependeria de *nós* suspendermos as atividades humanas que degradam o meio ambiente, com um simples gesto de responsabilidade individual de cuidado com a Terra, ao se adotar um estilo de vida e um padrão de consumo *sustentável*. O saber da falta de cuidado humano com a natureza, proporciona o poder de uma consciência que nos ligaria à natureza. Contudo, na ausência do natural no ambiente urbano, a conexão moderna com a natureza acontece no mercado, que nos proporciona, harmoniosamente, a possibilidade de sermos cuidadosos com a natureza praticando a devoção ao consumo verde.

A premissa lógica que ancora esse argumento é sempre a mesma: a convocação do indivíduo, ecologicamente orientado pela conscientização ambiental, para que ele assuma, voluntaria e civilizadamente, a sua cota individual de responsabilidade para reduzir a sua pegada ecológica no planeta Terra, aderindo à prática da *sustentabilidade* que, afinal de contas, não exige grandes sacrifícios, tornando-o uma pessoa ou uma empresa amiga do verde.

Como numa simples questão aritmética, a sustentabilidade dependeria da somatória civilizada das partes individuais do conjunto da humanidade, que passaria a adotar um estilo de

vida e um padrão de consumo sustentável para corrigir sua disfuncionalidade. De cada um de nós, para todo mundo fazendo a sua parte, salvaríamos o planeta.

Para essa premissa lógica de uma sociedade orgânica composta por partes iguais de indivíduos sem conflito, seria só uma questão de tempo para que se concretizasse a conversão para um estilo de vida sustentável, dependendo, apenas, do esforço educativo de fomentar a conscientização ambiental para todo mundo, ampla e indistintamente. Cedo ou tarde, todos os humanos poderiam passar a ser amigos do verde; todos nós podemos viver um estilo de vida sempre um pouco *mais* sustentável.

É o discurso da glorificação da virtuosidade e do altruísmo, que ensina as qualidades humanas que compõem o universo dos valores considerados civilizados e desejáveis por preservar harmoniosamente a ordem social, que inspira legítimo respeito daqueles que assumem o estilo de vida ecologicamente comprometido.

O sujeito ecológico *eco-friendly* encarna – a bem querer – no seu imaginário, sua parcela de culpa pela crise ambiental, assumindo de boa vontade sua responsabilidade pessoal pelo bem comum, convertendo seu estilo de vida, voluntariamente, para ser uma pessoa mais sustentável. Ele sabe que não é obrigado, mas também sabe que é bom obedecer a essa norma de convívio social politicamente correta.

É importante sublinhar que não há absolutamente nada de errado com a fórmula moral da responsabilização individual nesse modelo da sustentabilidade *eco-friendly* que ensina cada um de nós a fazer, comportadamente, a sua parte. A questão é seu uso ideológico, que se apresenta com o discurso falacioso de que bastaria *apenas* a incorporação de tais comportamentos ecologicamente orientados na rotina pessoal; ou seja, que a mudança do estilo de vida, adotando-se um padrão de consumo sustentável, seria *suficiente* para salvar o planeta.

A manipulação ideológica reside, precisamente, neste ponto argumentativo, de que não é preciso mais nenhuma ação além dessa lista de recomendações das práticas cotidianas de sustentabilidade. É a delimitação implícita dos limites da norma social padrão que convém não ultrapassar, que vai caracterizar o processo de domesticação cultural.

O limite que *desvirtua* a norma e não pode ser ultrapassado pelo sujeito *eco-friendly* está na fronteira do poder *individual* x *coletivo*, entre o espaço público (que não deve ser ocupado) e o privado (no qual devemos nos manter passivamente cativos). A ideia de política é afastada desse sujeito amigo do verde: seria exagero desmesurado ir para a rua cobrar a responsabilidade institucional de governos e empresas, ou até mesmo a revolução. Este é o falseamento da realidade: a alusão à ideia de *suficiência*, da ideologia da responsabilização individual de que basta a pequena mudança de comportamentos domésticos e nada mais.

O sumiço do poder coletivo e da ação política, no repertório daquilo que faz um sujeito com um estilo de vida amigo do verde, implicitamente, é a mensagem de reprovação desse tipo de ativismo que se exercita na vida pública. Nessa sociabilidade funcionalista há o enaltecimento do Indivíduo que faz a sua parte, como fruto de controle social positivo; no outro lado da moeda, o sujeito-coletivo, insatisfeito com a realidade da ordem social nada harmoniosa, não é benquisto porque não seria *normal*, e sobre ele incidiria o peso do controle social negativo dos aparelhos repressores de Estado.

Ocorre que essa glorificação da virtuosidade e do altruísmo do sujeito é, também, o cimento cultural que assegura, ideologicamente, a estabilidade social de um contexto societário violentamente caracterizado pela injustiça derivada de uma desigual relação de poder da luta de classes, mas que se apresenta de modo dissimulado, como se fosse organicamente indistinta, harmoniosa e funcional, como se não houvesse conflitos e relações de poder opressoras na dinâmica societária que sempre favorece os interesses da classe dirigente. Mesmo sendo desiguais, todos estariam unidos por uma solidariedade voluntária, seguindo a mesma regra: fazendo cada um a sua parte no conjunto da humanidade, esse corpo social como amálgama da coesão societária, uníssonos pela vontade de fazer civilizadamente o bem, cuidando do interesse

comum e difuso, como são a causa ambiental e o direito das gerações futuras humanas e não humanas.

O ponto fundamental a destacar é que esse enunciado domesticador faz crer que o poder da mudança pertence ao indivíduo na esfera privada; portanto, afasta da cena pedagógica o poder coletivo da ação política na esfera pública: o currículo da conscientização ambiental *eco-friendly* não considera, naquele amplo repertório de sugestões práticas de ações para ajudar a salvar o planeta, a participação desse sujeito virtuoso no desenho de políticas públicas ambientais, por meio da ação política dos movimentos sociais de defesa ambiental coletiva nas instâncias colegiadas de gestão ambiental e no espaço público, por exemplo. Assim, as ações sustentáveis que se pode adotar facilmente no cotidiano das pessoas, são fazeres de um ativismo ambiental *domesticado*, cujo poder foi diminuído e restringido à esfera privada. A participação coletiva na esfera pública, onde se faz política, não é considerada uma virtude nesse modelo de consciência ambiental *eco-friendly*.

O senso comum da cultura ambiental moderna estabeleceu uma correlação entre a conscientização ambiental e a responsabilização individual, como uma verdade universal inquestionável, e que contém, inclusive, a *interdição da palavra* e a contenção do desviante, que delimita a fronteira entre o comportamento aceitável (o que se mantém pessoalmente restrito à esfera privada) e aquele reprovável (que ocupa coletivamente o espaço público). Se conformou um saber-poder *foucaultiano* absoluto, que se tornou o paradigma impregnante do imaginário social, capaz de fomentar toda práxis da Educação Ambiental.

Este é o uso ideológico do discurso moral da responsabilização individual (Layrargues; Silva, 2024), enaltecendo a importante virtuosidade do cuidado pessoal com o meio ambiente, mas num processo de distorção da realidade onde se presume que apenas essa simples mudança de comportamentos individuais seria suficiente para se alcançar a sustentabilidade. Com esse uso ideológico que estimula uma pequena mudança no estilo de vida e nos hábitos de consumo, assentado na visão funcionalista, a questão ambiental seria de natureza ética, e não política. Assim, enquanto se espera formar sujeitos ecologicamente virtuosos e altruístas, se conforma sujeitos *dóceis* e *úteis* (Foucault, 2013), comportadamente cativos na individualidade da sua vida privada, alienados do agir coletivo e político.

A chave do falseamento da realidade para manipular ideologicamente os sentidos da conscientização ambiental, reside na narrativa funcionalista da humanidade genérica como sendo a causadora da crise ambiental; por conseguinte, no argumento de que seríamos, então, todos individualmente responsáveis em partes iguais, pelo cuidado ambiental: todo discurso que acusa as atividades humanas, indistintamente, como causa da degradação ambiental, é um discurso falseador da realidade, porque escamoteia a existência do modelo capitalista de sociedade, o qual representa a dimensão *estrutural* da degradação do meio ambiente.

Onde há o sujeito-indivíduo, há população do mundo todo; mas não há sujeito-coletivo porque não há sociedade conflituosa: esse é o deslocamento de sentidos nessa operação da responsabilização individual, que tira de cena a dinâmica das decisões políticas e escolhas econômicas das instituições sociais e suas normas de funcionamento. Assim, se transforma Sociedade em população, prevalecendo a perspectiva funcionalista que omite a conflitualidade característica da vida societária, e que aponta à multidão de todo mundo que vive nesse mesmo corpo biosférico de Gaia.

Essa estratégia da culpabilização de todos nós, indistintamente, por sua vez, legitima a ancoragem do discurso sobre o princípio ético da responsabilidade para com o futuro, um compromisso cidadão em relação aos riscos tecnológicos da Modernidade que podem resultar na ecocatástrofe planetária (Jonas, 2006). No final das contas, representa um *dever* que o sujeito deve assumir, eticamente, *hoje*, para garantir o *direito* das gerações futuras *amanhã*. Essa narrativa manipula os sentidos conferidos aos direitos e deveres que se inscrevem no processo da conscientização ambiental, como também desvia o conflito da luta de classes no tempo

histórico presente para o conflito geracional no tempo abstrato futuro: se transfere a preocupação com o presente para o futuro, se converte direitos em deveres. E isso faz parte da delimitação das fronteiras da norma que o sujeito *eco-friendly* não deve ultrapassar: nem sair da esfera privada, tampouco pensar a injustiça social e cobrar por direitos. Afinal, essas coisas sequer existiriam na perspectiva funcionalista do sistema social.

Resta, ainda, a retórica do sacrifício aceitável desse estilo de vida sustentável: julga-se ser prático e simples ser um sujeito *eco-friendly*, algo que não exige grandes esforços para dar sua contribuição pessoal para ajudar com os cuidados ambientais além da incorporação de pequenos *hábitos* rotineiros em casa e nas compras. Afasta-se de cena a possibilidade de se pensar-agir soluções *sustentáveis* além daquele receituário clássico da responsabilização individual; para, enfim, condicionar o sujeito ecológico a fazer *só* a sua parte, dispensando controles externos tal qual se praticava na sociedade disciplinar.

Com essa operação que apaga o contorno estruturante que define uma Sociedade e enaltece a virtuosidade do Indivíduo, o formato *eco-friendly* da conscientização ambiental é um saber ecopolítico que não permite ver a dimensão estrutural que organiza a dinâmica societária a partir da ordem econômica capitalista neoliberal e, por isso, impede o desenvolvimento da consciência de classe que poderia plasmar a solidariedade entre os oprimidos e explorados pela classe dirigente.

Impede que se pense e se ensine outros formatos de conscientização ambiental vividos pela perspectiva das classes populares, onde caibam os saberes do desvelamento da injusta realidade a que estão submetidas, que mobilizam a pedagogia da indignação e promovem o poder coletivo da ação política na esfera pública, como ações de sustentabilidade que incomodam, porque cobram direitos negados. Porque esse outro estilo de vida ambiental-popular, fruto de uma consciência ambiental *ecopolítica*, porque não abandonou a consciência de classe nem a herança ancestral ou o pertencimento racial, considera, também, como atitudes sustentáveis, a participação política em conselhos de meio ambiente ou comitês de recursos hídricos, em movimentos sociais e espaços coletivos que lutam por justiça socioambiental.

Mas, isso acontece apenas quando se vive em Sociedade na sua permanente e contraditória construção da convivialidade societária, e não na ficção funcionalista de uma sociedade idealizada como um sistema orgânico harmonioso sem conflito interno.

O discurso ecológico da responsabilização individual, que parece se manter ideologicamente como a única forma de se conceber a conscientização ambiental, representa uma ofensiva cultural que resulta na opressão simbólica das classes populares. Isso faz parte de todo um contínuo esforço de falseamento da realidade, que trabalha pelo apagamento da identidade de classe no imaginário social, e pela contínua diminuição da potência de ação (popular e coletiva) que possa se insurgir contra o regime de domesticação praticado pelo capital, que cobra obediência incondicional à sua ordem.

Com a sustentabilidade *eco-friendly* orientando o sentido da consciência ambiental, não se ensina nem as causas estruturais da crise ambiental, nem o poder coletivo, tampouco a capacidade de indignação e rebeldia; portanto, não se aprende a ser um sujeito ecopolítico capaz de lutar nem por direitos socioambientais violados e, tampouco, por outro modelo de sociedade alternativa. Seu currículo seleciona conteúdos de forma a propagar alguns saberes e excluir outros para que seus efeitos possam produzir, dissimuladamente, obediência: fica o que ensina a ser um bom sujeito-consumidor, sai o que implica em ser um cidadão político; fica o que aliena e produz domesticação, sai o que desvela realidade e fomenta indignação.

A ideologia da responsabilização individual ensina ao sujeito a submissão incondicional à norma social: seu discurso normativo sobre o que cada um deve ou não fazer pessoalmente para reduzir sua pegada ecológica, explicitamente enaltece a docilidade de um sujeito moralmente virtuoso; implicitamente, condena a rebeldia de um sujeito político subversivo, que afronta o interesse do capital e contesta a ordem social vigente.

A ideologia da responsabilização individual veicula o senso de obediência servil, incondicional, posto que o sujeito ecológico deve obedecer à cartilha das ações de sustentabilidade para ajudar a salvar o planeta com sua cota individual de contribuição, naturalizando, assim, um imaginário ingênuo e reducionista acerca da consciência ambiental, restrito exclusivamente à esfera doméstica, privado da vida política, onde, de fato, se torna impossível imaginar o fim do capitalismo.

Por isso, trata-se de um saber-poder ecopolítico domesticador, que se coloca com a Pedagogia dos Deveres, conformando sujeitos amansados e obedientes à regra da conscientização *eco-friendly*, que não podem pensar em ser sujeitos coletivos.

Isso porque a principal condição política contemporânea capaz de assegurar a estabilidade social de uma estrutura societária desigual e injusta é o controle social exercido com a norma social da obediência servil (Gros, 2018). A tarefa de domesticação do oprimido é uma estratégia de dominação sutil, condicionando-o a um agir exclusivamente comportamental e restrito aos limites civilizados da esfera privada.

Dessa forma, onde se ensina a consciência ambiental virtuosa e altruísta ocorre a formação de sujeitos dóceis e úteis, que aprendem obediência irrestrita e passiva a um padrão de conduta social uniforme e ordeiro: aqui se ensina a ser um sujeito de deveres, jamais de direitos.

E assim, com essa mediação pedagógica da sustentabilidade *eco-friendly*, que carrega no seu currículo um saber alienador e um poder diminuído, constrói-se o consenso universal em torno do qual uma ideia particular – uma conscientização ambiental sem consciência de classe – impregna o imaginário coletivo, de cima a baixo na hierarquia social, e ganha hegemonia, com seus valores e suas práticas devidamente incorporadas e acomodadas no cotidiano doméstico (Carmo, 2024). Não existiria outra forma de se imaginar os sentidos da Consciência Ambiental.

De acordo com o preceito marxista, *a ideia da classe dirigente é a ideia predominante no imaginário social daquela sociedade* (Engels; Marx, 2007), o papel da conscientização *eco-friendly* difundida pela Indústria Cultural resulta na reprodução de um sujeito reformado, agora ecológico; mas, antes de tudo, obediente ao sistema, acomodado de forma que jamais represente um incômodo que possa afrontar a ordem socioeconômica, porque não compreende a dimensão estrutural da desigualdade predatória, nem se entende como um sujeito de direitos, apenas de deveres. Como efeito de uma visão de mundo funcionalista, a ideia da consciência ambiental partilhada no senso comum reflete o interesse da classe dirigente: a manutenção do capitalismo como ordem societária, onde o sujeito *eco-friendly* essencialmente continua sendo um bom consumidor.

E assim, sobretudo aqueles que sofrem desproporcionalmente os impactos da degradação ambiental, como consequência de um modelo societário baseado estruturalmente na desigualdade social, vítimas vulneráveis dos conflitos e da injustiça socioambientais, são forçados pela violência simbólica a internalizar, subjetivamente, um imaginário domesticado de conscientização ambiental, o qual não permite que compreendam como e por que a luta de classes atravessa a pauta ambiental, para entender que esse sujeito ecologicamente correto, é um sujeito de deveres, não apenas de direitos.

2. Neoliberalismo, Indivíduo sem Consciência de Classe e Educação sem Sociedade

Eles estão colocando o problema na Sociedade. E você sabe, não existe essa coisa de Sociedade. Existem homens e mulheres individuais, existem famílias. Nenhum governo pode fazer nada a não ser através de cada pessoa, e as pessoas precisam olhar para si mesmas em primeiro lugar (Thatcher, 1987)

Em 1987, já com mais de uma década de vigência do neoliberalismo no contexto geopolítico da Nova Ordem Mundial, onde as forças políticas e econômicas dominantes não viam mais a necessidade dos estados capitalistas regularem a economia a favor dos interesses da classe trabalhadora como vinha sucedendo durante os anos do Estado de Bem-Estar Social, Margareth Thatcher, então primeira-ministra da Grã Bretanha, e não por acaso, a Dama de Ferro, fez esta reveladora declaração, em uma entrevista que marcou a posição ideológica neoliberal que objetivamente retira o sujeito da Sociedade, condicionando-o dentro do individualismo meritocrático e competitivo como norma padrão do modelo ideológico neoliberal, cuja austeridade de um Estado mínimo para políticas distributivas, demanda uma coletividade conformada com menos *Direitos* e mais *Deveres*.

Para isso, precisam ser sujeitos mais passivos e subservientes, menos indignados e subversivos, de forma que o poder de controle não seja percebido por sua violência simbólica que coloniza e domestica o imaginário social para se assumir sempre a responsabilização individual: seriam as próprias escolhas e esforços pessoais que levariam ao sucesso ou ao fracasso do sujeito *empreendedor de si*, a despeito da realidade da disparidade socioeconômica que afeta os desafortunados, vistos como únicos culpados por acabarem não tendo sucesso na vida. Ao contrário do *Welfare State*, que promovia o bem-estar social como um direito público, a ideia da meritocracia, central na ideologia neoliberal, ancora o imaginário social que naturalmente responsabiliza o indivíduo para fazer a sua parte.

Como consequência de uma sociabilidade livre e competitiva, enfraquecem-se os vínculos comunitários e coletivos, porque as relações sociais se transformam em relações mercantis: quão mais meritocrática for a sociedade, menos sociabilidades coletivas preenchem o espaço público, fazendo desaparecer a ideia do sujeito coletivo de direitos, como os sindicatos dos trabalhadores. Quanto maior a busca por prestígio e aprovação social, quanto maior a acumulação de capital cultural, maior propensão à obediência, ordem e disciplina, visando aceitação à conformidade. A meritocracia neoliberal reorganizou o imaginário, de forma a se deslocar os conflitos da luta de classes para o íntimo do sujeito, impedindo a organização social das classes populares, afastando o fazer política para longe do cativo privado do indivíduo. Assim, o sujeito meritocrático batalha por ascensão social, mas não luta por mudança social.

É na conjuntura cultural do *American Dream* ao longo dos Anos Dourados do Capitalismo, que se recupera o espírito da identidade norte-americana, o mito do *Self Made Man* (a pessoa que se faz por si só); impulsionando, pela Indústria Cultural, o arquétipo daquele sujeito prodígio de origem humilde, que conseguiu superar todos os obstáculos e adversidades, prosperou sozinho, por seu próprio mérito. Como único responsável pela condução da sua vida, somente a ele se deve sua fortuna ou seu infortúnio; seu sucesso ou fracasso. E o exemplo mais notável que legitima o mito que, sozinho, na terra da liberdade e das oportunidades, um sujeito pode erguer um império, é Benjamin Franklin.

Essa ofensiva ideológica neoliberal que sujeita as pessoas a serem individualmente esforçadas, também encontra raízes no funcionalismo. Nessa idealização, há que se conformar com a perda do sentido de um sujeito de direitos que poderia cobrar do poder público políticas distributivas que corrigissem as assimetrias sociais de uma sociedade desigual. Afinal, a liberalização da economia na sociabilidade neoliberal elimina o fazer política, já que a vida passou a ser regida pelas regras de mercado, e todos nós nos tornamos *consumidores*.

Para Dardot e Laval (2016), esse contexto neoliberal se torna hegemônico e transforma direitos em bens de consumo, como *a nova razão do mundo* que se instalou no imaginário social e passou a colocar o indivíduo no lugar domesticado que já não pertence mais a classe social alguma, porque o Estado mínimo que aboliu as políticas públicas distributivas, nivela a todos como empreendedores de si numa mesma competição desleal de compra e venda pela sobrevivência, ensina ao sujeito ser o próprio responsável de si, um cidadão-empresa que precisa se assumir como capital humano para salvar-se na barbárie do mercado livre, e colher

os frutos do seu próprio esforço. Se fracassar, não será pelas condições sociais desiguais, mas por seu demérito de não ter sido esforçado o suficiente.

Apontar o indivíduo como responsável por fazer a sua parte e doutriná-lo a não se reconhecer como um sujeito de direitos, a despeito de todo um modelo societário que está na raiz da desigualdade, é uma operação ideológica de completa distorção da realidade, porque estruturalmente, uma formação societária erigida para funcionar como um mecanismo socioprodutivo de acumulação incessante do capital, baseado na lógica da competição e da privatização resulta, necessariamente, numa ordem social crescentemente injusta e ecocida.

A mensagem, mais uma vez, supervaloriza o poder do indivíduo na esfera privada, e subdimensiona o poder da ação coletiva exercido na esfera pública como motor da mudança social, reforçando a distorção brutal entre a responsabilidade do indivíduo e a responsabilidade dos guardiões do capital encarregados de preservar a economia de livre mercado.

O neoliberalismo entra em cena nos anos 1970, muito em função da crise do petróleo de 1973, no contexto geopolítico mundial do esgotamento do arranjo sociopolítico do Estado de Bem-Estar Social, que fomentou os Anos Dourados do Capitalismo, enquanto prosperaram altos índices de pleno emprego e crescimento econômico (Hobsbawm, 1995).

Os anos 1950 e 1960 foram um período histórico no qual os Estados Unidos, Europa e Japão regulavam o mercado e proporcionavam políticas públicas distributivas que equilibraram a desigual luta de classes, a favor dos interesses da classe trabalhadora. Porque esta era a solução necessária para alavancar o novo ciclo de acumulação do capital, instaurado no final da Segunda Guerra Mundial e baseado no excepcional desenvolvimento tecnológico (a conhecida Terceira Revolução Industrial), capaz de alavancar a produção não apenas em *série*, mas em *massa*: para movimentar a nova economia capitalista baseada no crescimentismo exponencial, a classe trabalhadora precisava ser incluída na nascente Sociedade de Consumo. Portanto, precisava ser transformada em classe média, o estrato social que detém o poder aquisitivo minimamente necessário para se inserir no ciclo acelerado do consumo repetitivo das mercadorias feitas para durar menos. É quando o consumo em massa vira peça da engrenagem da produção em massa. Esse movimento de reerguimento da vitalidade da economia, a um só golpe, asseguraria a manutenção da classe trabalhadora dentro do espírito capitalista, posto que essa experiência de duas décadas de *Welfare State* teria ensinado que o capitalismo não só era capaz de produzir riqueza, mas também distribuí-la; desde que o sujeito faça parte do livre mercado (Layrargues, 2022).

Na convivialidade da Sociedade de Consumo, onde se ensinou a consumir felicidade, também se aprendeu a consumir aquilo que antes era um direito, de acesso aos bens públicos de educação, saúde, transporte, segurança, meio ambiente equilibrado. Quando então o Estado de Bem-Estar Social declina a favor do Neoliberalismo, a economia se torna, de fato, de livre mercado, com o recuo do Estado tanto na regulação econômica como na implementação de políticas públicas distributivas. A fundação da Sociedade de Consumo no *Welfare State* deixa como herança ao Neoliberalismo um sujeito-consumidor preparado para viver fora da sociedade e olhar para si em primeiro lugar. Desde então, o espírito da responsabilização individual se reproduz no imaginário social contemporâneo, que transformou as relações sociais em relações mercantis, enfraquecendo os laços comunitários ou redes de pertencimento coletivo.

O espírito do tempo da Modernidade Capitalista na Sociedade de Consumo que preenche de sentidos o imaginário social contemporâneo, é o da responsabilização individual neoliberal. A projeção do indivíduo e o desaparecimento do coletivo marcam profundamente o espírito capitalista atual. O consenso em torno da ideia de que cada um deve fazer a sua parte – e nada mais do que isso –, é universal e hegemônico. Afinal, essa visão de mundo neoliberal sustenta que não existe Sociedade, existem homens e mulheres, individualmente, como enfatizou Margareth Thatcher (1987).

Precisamente, foi neste tempo histórico da influência neoliberal na nova ordem mundial capitalista, a partir dos anos 1970, modelo societário que se expandiu como desenvolvimentismo, com a sucessiva abertura de mercados através da globalização econômica que transformou o planeta numa imensa máquina de extração, produção, consumo e descarte em massa, que se iniciou a preocupação com a disseminação de uma conscientização ecológica pelo mundo inteiro.

A inserção da preocupação ambiental na pauta política internacional ocorreu na conjuntura histórica que se completava a reforma neoliberal subsequente ao término da Guerra Fria, com a queda do muro de Berlim e o esfacelamento da União Soviética, dando a impressão que o capitalismo, triunfante, seria inexorável, onde a lógica do mercado passa a ser hegemônica. Natural, portanto, que o caminho da sustentabilidade passasse pelo livre mercado.

A Declaração sobre o Ambiente Humano (ONU, 1972), resultante da Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, não deixa dúvidas que a conscientização ambiental equivaleria à responsabilização individual, quando afirmou, entre seus princípios, que seria indispensável realizar um trabalho de educação em questões ambientais a fim de favorecer a formação de uma opinião pública bem informada e uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades, inspirada no sentido de *sua responsabilidade* com a proteção do meio ambiente.

A Conferência de Estocolmo é, também, um sombrio testemunho histórico do que se entende como período inicial da *Grande Aceleração* rumo ao Antropoceno (Steffen *et al*, 2015; Görg *et al*, 2020): é emblemático o efeito imediato desse novo ciclo de acumulação do capital, que significou a Produção-Destrutiva (Mészáros, 1996) que representa fielmente o momento da *falha* ou *ruptura* metabólica sistêmica e planetária na relação simbólica e material entre os humanos e a natureza, mediada pelo capital e derivada da alienação (Foster, 2005), que levou a humanidade ao Estado de Emergência Climática. Com apenas duas décadas, a Sociedade de Consumo subitamente projetou o mundo na direção da ecocatástrofe ambiental global.

A despeito desse modelo societário específico ser intrinsecamente insustentável, convocou-se a Educação Ambiental na cruzada pela conscientização ambiental para a adoção de um estilo de vida mais harmonioso com a natureza: é nessa conjuntura de estabelecimento da norma social da responsabilização individual que se enraíza o imaginário da conscientização ambiental, que passa a apontar para o sujeito ecológico amigo do verde, que assume a sustentabilidade como um imperativo ético que o faz adotar hábitos bem comportados para ajudar a proteger o meio ambiente. A domesticação que retirou o sujeito ecológico da sociedade insustentável, empenhado com seu estilo de vida, o torna ainda mais alienado da possibilidade de pensar em projetos de sociedade alternativos ao capital.

Vinte anos depois, a ideologia da responsabilização individual ganha ainda mais projeção no contexto da Conferência do Rio, no início da década de 1990, momento que o setor empresarial ingressava na comunidade ambiental, trazendo a lógica do ambientalismo de mercado. Pela perspectiva do ecocapitalismo, o mecanismo de ação rumo ao Desenvolvimento Sustentável seria, simplesmente, a decisiva investida da mão invisível do mercado – o consumidor verde – que pelas escolhas conscientes ecologicamente orientadas, estimularia o florescimento de empresas verdes, criando então um mercado verde, longe da intervenção estatal na regulação da economia. Isso porque a adoção de tecnologias limpas nos sistemas de gestão ambiental privada seriam o fiel da balança da nova competitividade empresarial (Layrargues, 1998): o discurso da sustentabilidade *eco-friendly* ingressa maciçamente na Indústria Cultural, amplamente difundido em campanhas publicitárias de *marketing* verde empresarial, sinalizando para suas novas práticas de *produção mais limpa*.

É a ideia do livre mercado finalmente encontrando solo fértil no campo ambiental. Também, nesse mesmo tempo histórico a Educação Ambiental sofreu o maior ataque ideológico de toda sua história, com a insistente investida das Nações Unidas para reformar sua própria identidade, agora apresentada como Educação para o Desenvolvimento Sustentável,

reforçando seus sentidos para a conscientização *eco-friendly* que agora passaria a dar destaque ao perfil do consumidor verde como condição de indutor da economia verde.

Destacando a compreensão que o modelo de Desenvolvimento Sustentável é um campo conflituoso que envolve interesses políticos e econômicos, Guerra *et al* (2007), afirmam que o debate ambiental contemporâneo apagou as variáveis clássicas da interpretação sociológica dos fenômenos sociais, como ideologia, hegemonia, dominação e conflito, por exemplo, e essa constatação é da maior importância quando se compreende esse ocultamento como efeito neoliberal da construção social da ideia de sustentabilidade, em uma sociedade inexistente, que precisava ser apagada para esconder a realidade da luta de classes e a dominação socioambiental do capitalismo e suas contradições. Sem as categoriais conceituais sociológicas que explicam as relações sociais no contexto societário, não há Sociedade, como tanto desejava Thatcher (1987). Os autores identificam, no conceito Desenvolvimento Sustentável, o argumento da culpabilização genérica da humanidade responsável pela crise ambiental, omitindo a dimensão estrutural *como se a presença humana na Terra não fosse condicionada pelos modos de produção adotados* pelo modelo econômico. O apelo ao esforço de todos nós, unidos pela mesma responsabilidade de cuidar do planeta, dilui as diferenças entre os cortes sociais, mais especialmente quanto à disparidade do modo de vida dos países centrais do sistema capitalista mundial: a noção de sustentabilidade que ganhou projeção, não compromete os interesses dos ricos.

Bertazi e Colacios (2023), lembrando que o enunciado da sustentabilidade é o discurso do capital como narrativa de convencimento de que seja possível manter o sistema sem sua mudança estrutural para lidar com a crise ambiental, reconhecem que a Educação Ambiental atende ao interesse neoliberal. Deformada pelo neoliberalismo, a Educação Ambiental tornou-se socialmente descontextualizada, reforça a culpabilização do indivíduo, e aceita ingenuamente a reprodução da ordem.

Loureiro e Neto (2016) constatarem que o discurso hegemônico no campo da Educação Ambiental elabora suas proposições pedagógicas em torno da responsabilização individual, dissociando o sujeito das relações sociais, e fundamenta seus argumentos em uma concepção de educação que se vê como um fato social independente das relações de produção e da organização da ordem societária, sem quaisquer mediações que ocorrem entre a formação do sujeito e a formação da sociedade, concorrendo para o *fetice da individualidade*, que apaga a sua identidade política das múltiplas dimensões da totalidade da vida humana, ao aliená-lo de sua formação societária. É nesta perspectiva que os autores defendem um projeto político de Educação Ambiental que contribua, como princípio e como finalidade, com a construção de outro modelo de sociedade.

De acordo com a visão funcionalista da educação de Durkheim (1999), a escola seria a instituição deste sistema social orgânico capaz de integrar o indivíduo na sociedade, transmitindo às novas gerações, os conhecimentos, valores, normas e comportamentos necessários para assegurar a ordem e estabilidade social. A função de socialização adaptativa está na base epistêmica da conscientização ambiental *eco-friendly*, que ensina a virtude da obediência dentro da ordem, que pressupõe harmonia entre todos. Aqui, não faz sentido pensar em currículos cujos saberes ambientais estimulem o conflito social com seu signo da desobediência e as pedagogias insurgentes da indignação e de direitos. Por focar na virtuosidade moral do ser humano, a visão funcionalista da educação ampara a lógica adaptativa da mudança pessoal do estilo de vida agora *sustentável*, mas fundamentalmente dócil e útil à sociabilidade da formação social capitalista.

A Educação Ambiental nasce oficialmente carregando essa marca neoliberal da responsabilização individual que paira no imaginário social de sua época, conformando uma normatividade insuspeita; a da obediência incondicional. Todo ideário da Educação Ambiental gira em torno do despertar de outra consciência humana, desfocando a possibilidade de trazer

ao debate o desenvolvimento de outra formação societária. Ficando o sujeito-indivíduo fora da sociedade e longe da história, é a individualização da resposta ao desafio ambiental, tratando-se este sujeito não como um membro de uma sociedade, mas como membro da comunidade humana abstratamente: as suas escolhas e esforços pessoais levariam à sustentabilidade ou à ecocatástrofe planetária.

Se Durkheim isolou o indivíduo da influência da sociedade, Bourdieu e Passeron (1992) e Althusser (1999) recuperaram as influências recíprocas da sociedade sobre o indivíduo; quando se formam sujeitos domesticados por um processo educativo reprodutivista que mantém a estabilidade da ordem social capitalista e se transfere a causa da desigualdade do contexto societário injusto, que se torna resultante do indivíduo pouco esforçado. Os autores denominados crítico-reprodutivistas tinham descoberto, nos anos 1960, que a educação escolar funcionava como uma forma de dominação social, como um aparelho ideológico de estado que agia na direção da reprodução da sociedade, mantendo a desigualdade inalterada.

É nessa conjuntura da influência do *fetichismo da individualidade* na conscientização ambiental *eco-friendly* (na perspectiva da Sociologia da Educação, ciência que se envolve com as relações recíprocas da tríade Educação-Indivíduo-Sociedade) que tornou-se costume habitual no campo da Educação Ambiental focar a relação entre Educação e Indivíduo, em detrimento da relação entre Educação e Sociedade, olhar que põe em evidência a educação como um instrumento de reprodução ou transformação social: se o ato educativo aponta para superar ou preservar a desigualdade. É dali que emerge um importante debate, mas que permaneceu secundário, sombreado pela forte projeção do sujeito virtuoso como finalidade da Educação Ambiental. Se pensa muito na formação de um sujeito ecológico, esse indivíduo que se quer formar com os valores da virtude e do altruísmo, que tenha encarnado o espírito do cuidado ambiental. Mas se pensa muito pouco sobre qual é a sociedade que se quer: se o estilo de vida sustentável *eco-friendly* representa manter ou superar o capitalismo.

3. Formar consciência ambiental, mas conformar obediência servil

Sob condição de hegemonia, replica-se neste saber o mesmo modelo da conscientização *eco-friendly* que domestica o sujeito e o afasta da consciência de classe que poderia conceber outro modelo de conscientização ambiental – ecopolítico –, a partir da perspectiva dos oprimidos e das classes populares, uma lógica capaz de articular o desenvolvimento da consciência ambiental concomitante à consciência crítica de que esse modelo societário capitalista impõe um regime desleal de desigualdade socioambiental; nesse sentido, reconhecendo que há uma disputa de poder, precisa ser combatido por meio da luta coletiva por direitos socioambientais violados, especialmente naqueles territórios que eram de povos da floresta ou do mar, e foram apossados pelo capital, porque ali havia riquezas a explorar.

Portanto, no contexto da relação desigual de poder na luta de classes, é sobre os oprimidos que a ideologia da responsabilização individual exerce seu maior poder de domesticação, colocando o saber da sustentabilidade *eco-friendly* como norma a seguir pelas classes populares mantendo-as na condição de submissão na estrutura hierárquica societária: um sujeito ecológico amigo do verde é aquele cumpridor de seus deveres no seu novo estilo de vida sustentável, e que jamais seja um sujeito de direitos que cobre justiça socioambiental.

É por meio da socialização, com a educação, que se transmite a cultura e as normas de convívio social consideradas legítimas para essa sociedade não sucumbir, às novas gerações. O senso de obediência, essa submissão passiva à pressão social, é um valor universalmente válido para garantir a harmonia social.

Esse consentimento tácito de uma obediência incondicional ao comando tirânico por toda uma sociedade, mesmo com gritante desigualdade, a ponto de se tornar uma verdade universal, encontra raízes na reflexão De La Boétie (2017) sobre a *servidão voluntária*, quando

a autoridade mantém seu poder de controle sem requerer o uso da violência dos aparelhos opressores de Estado, apenas com o consentimento voluntário e disciplinado dos oprimidos em seguir obedecendo à ordem servilmente, sem oferecer resistência. Domesticação, obediência e submissão: com a cartilha da sustentabilidade *eco-friendly* em mãos, o sujeito ecológico dócil e útil sabe o que deve fazer, mas também aprende o que não se deve fazer.

O regime da obediência servil como dominação social é enfatizado com Gros (2018), que o vê como a principal arma do poder político contemporâneo, que concentra esforço na conformação ideológica de uma sociedade apaziguada e submissa pelo espírito da obediência.

É no signo da Desobediência que ambos autores ancoram a resistência contra a opressão simbólica; no caso, a ideologia neoliberal e funcionalista da responsabilização individual como norma social da Sociedade de Consumo. O caminho político-pedagógico contra-hegemônico, portanto, dialoga com o signo da Desobediência Civil (Thoreau, 2016), como manifesto político radical de insatisfação e indignação contra uma ordem social injusta. Pontes (2023) inclusive, evidenciando a destrutividade do capitalismo ter levado à ruptura metabólica biosférica, afirma a necessidade de recuperar a luta de classes com centralidade em um proletariado ambiental, ou seja, uma *ecologia proletária* contra-hegemônica num processo revolucionário contra o capital.

Esta é a natureza do Currículo Oculto que flui pelo saber-poder da sustentabilidade *eco-friendly* neoliberal, que ensina virtuosidade do sujeito ecológico de forma que ele aprenda a docilidade da obediência em se manter cativo na propriedade privada e alienado de sua classe social, e fundamentalmente submisso para que não tenha a potência disruptiva e revolucionária da afronta coletiva e política contra a ordem social capitalista. Onde se ensina Educação Ambiental que aponta sua intencionalidade pedagógica para a conscientização ambiental *eco-friendly*, se aprende a *nova razão do mundo*, a sociabilidade individualista ainda mais cativa da sua esfera privada de um sujeito sem direitos a reclamar, como se não houvesse uma realidade de desigualdade socioambiental que atravessa injustamente as classes populares. Se aprende com esse currículo reprodutivista, a aceitar e não questionar as condições ambientais ecossocialmente insalubres de um modelo societário desenvolvido para acumular capital.

Por fim, é preciso recuperar o pressuposto marxista onde *as ideias da classe dirigente são, em cada época, as ideias dominantes*, para lembrar que é do interesse da classe dirigente que as classes subalternas não percebam a opressão e exploração regida por um sistema desigual, para evitar o amotinamento contra a ordem. É interesse da classe dominante que o imaginário social seja do funcionalismo sociológico de um indivíduo organicamente assimilado ao sistema, onde cada um faz a sua parte, de modo ordeiro, responsável, civilizado. É uma ideia particular, que se torna universalmente validada, por isso *falsa consciência*. Assim, as pessoas, quando adotam um estilo de vida *eco-friendly*, não percebem que defendem a visão da classe dominante, que é a de reproduzir sujeitos obedientes e domesticados, incapazes de se tornarem subversivos e rebeldes.

4. Reparação da mercadoria como ato revolucionário para o sujeito virtuoso e sem direitos

Uma postagem no Instagram³ é sintomática para entender o monopólio do sentido da responsabilização individual que preenche o imaginário social, a ponto de descaracterizar o processo histórico revolucionário. A postagem abordava o tema da Obsolescência Planejada, e trazia uma problematização sobre a *resistência contra o descarte* e a *reparação das mercadorias como um ato revolucionário*. Diz o texto:

³ @galeriarizoma. Datada em 25 de março de 2025. Link: https://www.instagram.com/p/DHob-7cP_bN/.

Reparar é resistir: o consumo quer que você troque, mas o mundo precisa que você conserte! A cultura do consumo nos ensina que quando algo quebrar, o melhor a fazer é jogar fora e comprar outro. Mas reparar é um ato de resistência contra essa lógica de descarte, mostrando que o valor das coisas não está em sua novidade, mas em sua utilidade e história. Antes da era do consumo em massa, consertar não era uma opção, mas uma necessidade e um valor cultural. Nossos ancestrais priorizavam a durabilidade, o cuidado e a transmissão de objetos entre gerações. Hoje, somos incentivados a substituir, mas resgatar essa sabedoria é um passo essencial para um futuro mais consciente. O mercado quer que você compre sempre mais. Produtos são feitos para durar menos, criando a sensação de que precisamos de novos o tempo todo. Ao reparar, quebramos esse ciclo vicioso e desafiamos a economia que se alimenta da insatisfação constante. O conhecimento técnico foi sendo perdido à medida que nos ensinaram a ser apenas consumidores. Ao reparar, recuperamos essa autonomia, passando a ter controle sobre o que possuímos, em vez de depender de uma indústria que torna o conserto impossível ou inviável. Todo produto novo exige matéria-prima, energia e transporte, gerando poluição e exploração dos recursos naturais. Cada vez que reparamos algo em vez de substituir, reduzimos o impacto ambiental e contribuímos para um mundo menos descartável. Não precisamos esperar uma grande mudança sistêmica para fazer a diferença. Cada vez que reparamos em vez de comprar novo, cada escolha consciente que fazemos, é um passo em direção a um futuro mais sustentável, justo e humano. A revolução começa no cotidiano. Reparar é resistir. Reparar é transformador. Reparar é revolucionário.

A postagem efetua uma crítica fundamentada à Obsolescência Planejada, chamando atenção para a cultura do consumo que naturaliza a descartabilidade da mercadoria, que deve ser continuamente substituída por uma *nova*. A postagem, inclusive, reconhece que o modelo de produção é concebido de forma a inviabilizar a reparação da mercadoria. Contudo, a solução apresentada se enquadra na ideologia da responsabilização individual, quando afirma que não é preciso esperar acontecer uma grande mudança sistêmica, porque cada escolha consciente que fazemos ao reparar ao invés de descartar, é um passo rumo ao futuro mais sustentável.

Chama atenção que a mensagem conservadora do indivíduo responsabilizar-se por tentar consertar algo quebrado, é apresentada como *revolucionária*. Não reconheceu que o plano de negócios da Obsolescência Planejada não se resume a produzir bens efêmeros, descartáveis e feitos para serem rapidamente substituídos, pois o planejamento da produção-destrutiva requer que a mercadoria não possa ser consertada para ter sua vida alongada: junto da ideia *consumista*, a prática do consumo *repetitivo*, a contínua substituição do descartável pelo novo. Isso quer dizer que a ação individual por tentar reparar a mercadoria ao invés de descartá-la e substituí-la por uma nova encontra sérias dificuldades para consertar algo que foi produzido de forma a dificultar seu conserto. Seu impacto positivo para poupar recursos naturais parece pouco expressivo; porque reparar, hoje, não é uma opção: na Sociedade de Consumo, onde a produção é em *massa*, não se proíbe, mas não se permite consertar.

Daí percebe-se a ausência da percepção da problemática pela perspectiva de um sujeito de direitos e confunde-se a consequência com a causa, ao naturalizar a prática da Obsolescência Planejada. Se entende a reparação da mercadoria como uma necessária mudança cultural, mas não se compreende a possibilidade de reparação da mercadoria como um direito negado. O enquadramento ideológico neoliberal promove a virtuosa *cultura da reparação*, mas sem apresentar a possibilidade da luta política pelo *direito de consertar*, ou ainda, pela produção de mercadorias duráveis, tal qual era antes da invenção do consumo repetitivo.

Há uma batalha política em torno da criação do direito de reparação da mercadoria (Perzanowski, 2021), uma inglória disputa legislativa que tenta derrubar as estratégias empresariais que impedem o conserto de seus bens fabricados, como não disponibilizar informações ou ferramentas nem peças de reposição. Mas essa realidade, de tão ocultada, não chegou a aparecer no enquadramento dessa alusão ao conserto como um ato revolucionário: o conteúdo político não foi levado em consideração.

A resistência, aqui apresentada, é colonizada e domesticada por essa subjetivação que aliena o sujeito virtuoso, de forma a não se reconhecer como um sujeito de direitos que precisa lutar coletivamente pelo direito negado, para fazer o enfrentamento da Obsolescência Planejada que caracteriza o mundo corporativo contemporâneo. Não basta apenas o sujeito ecológico virtuoso tentar fazer a sua parte com escolhas sensatas, tentando reparar heroicamente suas mercadorias quebradas; sem também cobrar, indignado, que não só seja possível reparar as mercadorias, mas que se interrompa a lógica da descartabilidade, recuperando a durabilidade da mercadoria que foi sacrificada em nome da economia crescentista. Enquanto houver produção em massa, haverá consumo repetitivo; e a negação do direito de reparação da mercadoria é parte estrutural desse modelo de acumulação do capital.

5. Movimentos Sociais no contraponto da responsabilização individual (e comportada)

Os Movimentos Sociais são a expressão do poder coletivo. É a articulação de sujeitos-coletivos com propósito, com a ação política no espaço público em luta por justiça pelos direitos violados. Ali aparece a marca da indignação e da subversão. Enquanto a ideologia da responsabilização individual é uma pedagogia de Deveres, os movimentos sociais são uma escola da pedagogia de Direitos, articuladores dos saberes coletivos e políticos e dos fazeres indignados e subversivos. Direito à habitação, direito à terra, direito à saúde, direito ao saneamento, direito às praças arborizadas, ao ar puro, direito à conexão terapêutica com ambientes naturais, porque o habitar humano na periferia, onde se expressa a desigualdade territorial, é onde se vive a negação de todos esses direitos.

E não por acaso, são ocultados da realidade, e esse silenciamento é reproduzido no campo da Educação Ambiental, que raramente dialoga em articulação orgânica com os Movimentos Sociais. Pensa-se a Educação Ambiental espontaneamente vinculada à escola e à infância, e dificilmente se concebe sua interface político-pedagógica vinculada às lutas por direitos negados pela ordem capitalista.

O Movimento dos Atingidos por Barragens, pioneiro desde os anos 1980, em sua luta por direitos negados com a construção de hidrelétricas no Brasil, e que evoluiu para a luta pela política energética nacional onde quer que se produza ou distribua energia que gera impactos ambientais e conflitos socioambientais; o Movimento Interstadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, desde os anos 1990, em sua luta pelo livre acesso às formações florestais de babaçuais, mesmo que dentro de propriedades privadas; a Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras que, igualmente, luta pelo direito à sua forma de organização social e territorial de acesso a bens ambientais saudáveis como as áreas tradicionais de pesca artesanal no litoral; a Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara, que defende os direitos e interesses dos pescadores artesanais, que são os mesmos que os ecologistas que combatem a poluição das águas e defendem os manguezais contra a contaminação por petróleo ou contra o avanço da indústria imobiliária turística. O Movimento Geraizeiro, que se entende como guardião do Cerrado contra os interesses do capital e que procura recuperar o manejo agroecológico popular como lógica produtiva com cuidado com os recursos hídricos, sensíveis nesse bioma. A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, que abrange um território de mais de três milhões de hectares de vegetação nativa que apresentam os menores índices de desmatamento do país, e que lutam pelo reconhecimento do direito territorial coletivo. O Movimento dos Atingidos/as pelas Renováveis, mais recente e que denuncia a lógica destrutiva dos megaempreendimentos de energias renováveis, especialmente a eólica, que impactam negativamente os territórios de comunidades tradicionais, quilombolas, agricultores familiares; cobrando pela Transição Energética Justa, que não transforme seus territórios em *zonas de sacrifício* em função da chantagem locacional.

Entre tantos outros movimentos sociais, todos defendem – e com muitas conquistas – a natureza onde ela existe como ambiente de vida saudável para incontáveis povos da floresta e povos do mar. Estão também nas periferias urbanas, defendendo uma natureza que lá deveria existir da mesma forma que existe nos bairros nobres, reivindicando igualdade socioambiental para a cidade. Estão na linha de frente ou no rastro das máquinas que devoram naturezas reais e vitais para muitos humanos que possuem um vínculo orgânico com seus ambientes de vida.

Neste movimento ecologista há outra forma de conceber a consciência ambiental e outra forma de agir para lidar com a problemática ambiental, está contido um saber-poder indignado e combativo, mas estão todos invisíveis no imaginário da sustentabilidade *eco-friendly*, como se não existisse um Ecologismo Popular de base material, como sustenta Martinez-Alier (2007), que se expressa pelas lutas políticas contra o racismo e por Justiça Socioambiental, como evidenciam especialmente Bullard (1993) e Acselrad, Mello e Bezerra (2009).

Neste quadro, é possível imaginar um contraponto ao Neoliberalismo na Educação Ambiental capaz de erigir as bases para essa outra conscientização ambiental *não domesticada*, que não abandone a consciência de classe, onde os sentidos constitutivos dessa consciência ambiental ecológica supere o reducionismo ideológico da responsabilização individual, para devolver o poder ao sujeito-coletivo. É possível imaginar uma conscientização ambiental que se expresse também nas ruas e nos parlamentos, com protestos, reivindicações contra um sistema social predatório; não apenas em casa e nas compras. É possível imaginar um saber-poder ecológico, desalienador das relações entre Educação-Indivíduo-Sociedade, que acione a luta por direitos socioambientais a partir da Pedagogia da Indignação, e que lute pela superação da ordem social capitalista.

Desde os anos 1970, a compreensão sobre o que seria a conscientização ambiental sofreu inflexões do imaginário social da responsabilização individual que a levaram a um caminho de alienação sobre as causas estruturais da questão ambiental com o apagamento da Sociedade, à percepção distorcida de que bastaria a mudança no padrão de consumo do sujeito ecológico, e a uma concepção dissociada da consciência de classes. Concorrem diversas camadas de subjetivação do indivíduo (o funcionalismo sociológico, o arquétipo mítico do *Self Made Man* com a difusão ideológica do *American Dream* nos Anos Dourados do Capitalismo, o neoliberalismo meritocrático a partir da Nova Ordem Mundial, e a proposição da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável) que influenciaram na deformação da consciência ambiental idealizada fora da Sociedade, fazendo que o sujeito ecológico acredite que ele tem uma parcela de culpa pela crise ambiental atual. A conscientização ambiental *eco-friendly* assumiu o padrão da norma social, que não só impõe obediência servil e solitária, como também preserva intacto o modelo produtivo da economia capitalista, ocultando completamente a conscientização ecológica popular.

É a ideia da classe dirigente que se apresenta de forma hegemônica, pois sequer desconfiamos que posições de classe distintas implicam em saberes e poderes ecológicos distintos; ou seja, de modelos de consciência e de ativismo ambiental também distintos.

Nesse sentido, a Educação Ambiental que deixa de problematizar a realidade histórica da causa estrutural da crise ambiental – especialmente, quanto aos fatídicos Anos Dourados do Capitalismo; que deixa de fomentar a Pedagogia da Indignação e dos Direitos como afetos sensíveis à injustiça e desigualdade socioambiental que provocam uma violenta desconexão humana com a natureza; que não estimula a organização social coletiva como resposta à ideologia da responsabilização individual, para um agir político no espaço público – é uma Educação Ambiental domesticada para ser reprodutivista, contribuindo com a manutenção da ordem, capaz apenas de reformar a atual formação societária capitalista, sem alterá-la estruturalmente.

Referências

- ACSELRAD, H.; MELLO, C.C. do A., BEZERRA, G. das N. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond. 2009.
- ADORNO, T. *Indústria Cultural*. São Paulo: Unesp. 2020.
- ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes. 1999.
- BATESON, G. *Vers une écologie de l'esprit*. Paris: Seuil. 1977.
- BERRY, T. *O sonho da Terra*. Petrópolis: Vozes. 1991.
- BERTAIZI, M. H.; COLACIOS, R. D. Educação Ambiental nas lareiras do capital: uma crítica à agenda neoliberal. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 48, n. 20, 20p., 2023.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BULLARD, R. D. Anatomy of environmental racism and the environmental justice movement. In: BULLARD, R. D. (ed.) *Confronting environmental racism: voices from the grassroots*. Boston: South End Press, 1993. p.15-39.
- CARMO, J. C. Educação em Antonio Gramsci como práxis de emancipação dos subalternos. *Revista Exitus*, Santarem, v. 14, n. 22, p. 1-22, 2024.
- CARSON, R. *The sense of wonder*. New York: Harper, 1998.
- DARDOT, P., LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE LA BOÉTIE, E. *Discurso sobre a servidão voluntária*. São Paulo: Edipro. 2017.
- DURKHEIM, E. *Education et sociologie*. 7. ed. Paris: Quadrige/Presses Universitaires de France, 1999.
- ENGELS, F.; MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- GÖRG, C. et al. Scrutinizing the Great Acceleration: the Anthropocene and its analytic challenges for social-ecological transformations. *The Anthropocene Review*, Liverpool, v. 7, n. 1, p. 42-61, 2020.
- GROS, F. *Desobedecer*. São Paulo: Ubu, 2018.

GUERRA, L. D.; RAMALHO, D. de S.; SILVA, J. B.; VASCONCELOS, C. R. P. Ecologia política da construção da crise ambiental global e do modelo de desenvolvimento sustentável. *Interações*, v. 8, n. 1, p. 9-25, 2007.

HENNING, P.C., FERRARO, J.L.S. As lutas políticas da Educação Ambiental nas universidades brasileiras: provocações à governamentalidade neoliberal no âmbito da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 28, n. 15, p. 1-15, 2022.

HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JONAS, H. *O princípio Responsabilidade: ensaios de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LAYRARGUES, P. P. *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998.

LAYRARGUES, P. P. Ecologia Política da Sociedade de Consumo e a ‘produção destrutiva’ no limiar do Colapso Ambiental. *Trabalho Necessário*, Niterói, v. 20, n. 43, p. 1-40, 2022.

LAYRARGUES, P. P., LIMA, G. F. da C. As macro tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental Brasileira. *Ambiente e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.

LAYRARGUES, P. P.; SILVA, D. dos S. A Educação Ambiental e a ideologia da responsabilização individual. In: LIMA, C. M.; ARAÚJO, G. C. C. de (org.). *Educação Ambiental na Administração Pública e Privada: reflexões, práticas e experiências*. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2024. p. 203-255.

LOUREIRO, C. F. B., NETO, J. G. da S. Indivíduo social e formação humana: fundamentos ontológicos de uma Educação Ambiental Crítica. *Ambiente e Educação*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 41-58, 2016.

LOUV, R. *A última criança na natureza: resgatando nossas crianças do transtorno do déficit de natureza*. Cotia: Aquariana, 2016.

LOVELOCK, J. E. *Gaia: um novo olhar sobre a vida na Terra*. Lisboa: Edições 70, 1989.

MARTINEZ ALIER, J. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.

MÉSZÁROS, I. *Produção destrutiva e estado capitalista*. São Paulo: Ensaio, 1996.

NAESS, A. The shallow and the deep, long-range ecology movement: a summary. *Inquiry*, London, v. 16, n. 1, p. 95-100, 1973.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano*. Stockholm: ONU, 1972.

PERZANOWSKI, A. *The right to repair: reclaiming the things we own*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

PONTES, N. A. E. Ruptura metabólica no capitalismo: a urgência do proletariado ambiental no enfrentamento da crise ecológica. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 23, n. 2, p. 539-553, jul./dez. 2023.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. *A nova aliança: metamorfose da ciência*. Brasília: Editora UnB, 1984.

STEFFEN, W. *et al.* The trajectory of the Anthropocene: the Great Acceleration. *The Anthropocene Review*, Liverpool, v. 2, n. 1, p. 81-98, 2015.

STENGERS, I. *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

TATCHER, M. Aids, Educação e o ano 2000. Entrevista concedida a Douglas Keay. *Woman's Own*, Londres, 31 de outubro de 1987. Disponível em: <https://www.margarethatcher.org/document/106689>. Acesso em: 12 maio 2026.

THOREAU, H. D. *A desobediência civil*. São Paulo: Edipro. 2016.

UNGER, N. M. *O encantamento do humano: ecologia e espiritualidade*. São Paulo: Loyola. 1991.

WILSON, E.O. *Biophilia: the human bond with others species*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.